LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

PERCEPÇÃO DOCENTE SOBRE O PROERD NO SUDOESTE DO PARANÁ: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO

TEACHERS' PERCEPTION OF THE DARE PROGRAM IN SOUTHWESTERN PARANÁ: AN ANALYSIS OF A PUBLIC POLICY FOR PREVENTION AND PROTECTION

PERCEPCIÓN DE LOS DOCENTES SOBRE EL PROGRAMA DARE EN EL SUROESTE DE PARANÁ: UN ANÁLISIS DE UNA POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENCIÓN Y PROTECCIÓN

https://doi.org/10.56238/levv16n55-150

Data de submissão: 30/11/2025 **Data de publicação:** 30/12/2025

Luciana Savitski
Mestre em Filosofia Política
Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul
E-mail: lucianasavitski@gmail.com
Orcid: 0000-0002-9071-9558
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2527003699966455

RESUMO

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) constitui uma das principais políticas públicas de prevenção primária do uso de drogas e violência no Brasil. No Sudoeste do Paraná, onde vínculos comunitários e redes de apoio exercem papel decisivo no cotidiano das escolas, compreender como os professores percebem o Programa é fundamental para avaliar sua relevância e orientar futuros aperfeiçoamentos. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, analisou as respostas de oitenta e dois docentes das redes públicas municipais de ensino, obtidas por meio de um questionário composto por questões fechadas e abertas. Os resultados revelam elevada valorização do PROERD, especialmente por seu potencial de prevenir o uso de drogas, reduzir conflitos e fortalecer relações entre estudantes. Os professores também destacam o vínculo construído com o policial instrutor, frequentemente associado à revelação espontânea, por parte das crianças, de situações de violência e abusos, um indicativo de confiança e de funcionamento da rede de proteção. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, do PNEDH, da doutrina da Polícia Comunitária e educação em Direitos Humanos, conclui-se que o PROERD contribui para ambientes escolares mais seguros, participativos e sensíveis às vulnerabilidades da infância. As sugestões apresentadas pelos docentes apontam caminhos para a ampliação e qualificação do Programa, reafirmando seu papel como política pública estratégica para a proteção integral.

Palavras-chave: PROERD. Prevenção às Drogas. Política Pública. Segurança Escolar.

ABSTRACT

The Drug Abuse Resistance Education (DARE) program is one of the main public policies for primary prevention of drug use and violence in Brazil. In Southwest Paraná, where community ties and support networks play a decisive role in the daily life of schools, understanding how teachers perceive the program is fundamental to evaluating its relevance and guiding future improvements. This qualitative

and descriptive research analyzed the responses of eighty-two teachers from municipal public school systems, obtained through a questionnaire composed of closed and open questions. The results reveal a high appreciation for DARE, especially for its potential to prevent drug use, reduce conflicts, and strengthen relationships among students. Teachers also highlight the bond built with the police instructor, frequently associated with the spontaneous disclosure, by children, of situations of violence and abuse, an indication of trust and the functioning of the protection network. In light of the Statute of Children and Adolescents, the National Plan for Education in Human Rights (PNEDH), the doctrine of Community Policing, and human rights education, it is concluded that the PROERD program contributes to safer, more participatory school environments that are sensitive to the vulnerabilities of childhood. The suggestions presented by the teachers point to ways to expand and improve the Program, reaffirming its role as a strategic public policy for comprehensive protection.

Keywords: PROERD. Drug Prevention. Public Policy. School Safety.

RESUMEN

El programa de Educación para la Resistencia al Abuso de Drogas (DARE) es una de las principales políticas públicas para la prevención primaria del consumo de drogas y la violencia en Brasil. En el suroeste de Paraná, donde los vínculos comunitarios y las redes de apoyo desempeñan un papel decisivo en la vida cotidiana de las escuelas, comprender la percepción del profesorado sobre el programa es fundamental para evaluar su relevancia y orientar futuras mejoras. Esta investigación cualitativa y descriptiva analizó las respuestas de ochenta y dos docentes de escuelas públicas municipales, obtenidas mediante un cuestionario compuesto por preguntas cerradas y abiertas. Los resultados revelan una alta valoración del programa DARE, especialmente por su potencial para prevenir el consumo de drogas, reducir conflictos y fortalecer las relaciones entre los estudiantes. Los docentes también destacan el vínculo construido con el instructor policial, frecuentemente asociado con la revelación espontánea, por parte de los niños, de situaciones de violencia y abuso, un indicador de confianza y del funcionamiento de la red de protección. A la luz del Estatuto de la Niñez y la Adolescencia, el Plan Nacional de Educación en Derechos Humanos (PNEDH), la doctrina de la Policía Comunitaria y la educación en derechos humanos, se concluye que el programa PROERD contribuye a crear entornos escolares más seguros y participativos, sensibles a las vulnerabilidades de la niñez. Las sugerencias presentadas por el profesorado apuntan a maneras de ampliar y mejorar el Programa, reafirmando su rol como política pública estratégica para la protección integral.

Palabras clave: PROERD. Prevención de Drogas. Política Pública. Seguridad Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inauguraram, no Brasil, a doutrina da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e destinatários de cuidado prioritário por parte da família, da sociedade e do Estado. Nesse marco, a escola emerge como espaço privilegiado para ações de prevenção ao uso de drogas, à violência e a outras violações de direitos, articulando políticas educacionais, de saúde e de segurança pública.

A abordagem preventiva realizada pelo PROERD encontra respaldo direto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, o desenvolvimento saudável e a proteção contra qualquer forma de violência. A centralidade da proteção integral reforça a compreensão do PROERD como política pública que ultrapassa a dimensão informativa e assume papel estruturante na formação cidadã de crianças e adolescentes. O Art. 4º do ECA afirma que:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, [...] à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, art. 4º).

Os estudos recentes sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD têm insistido em situá-lo exatamente nesse cruzamento entre proteção integral, políticas de segurança e educação em direitos. Almeida (2021), ao analisar a experiência do PROERD no Ceará, destaca que o Programa, ao articular escola, família e polícia em torno da prevenção primária, atende diretamente às diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. Segundo o autor, o PROERD:

> [...] o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD surgiu como uma ferramenta poderosa de proteção e concretização de direitos. O trabalho de prevenção primária desenvolvido pelo Programa ajuda o público assistido a adquirir conhecimentos sobre o uso de drogas e sobre a violência, em um ambiente seguro, onde são levados a refletir sobre seu papel como cidadãos (Almeida, 2021, p. 21).

Da mesma forma, Lira Júnior (2020), ao analisar o currículo do PROERD no Rio Grande do Norte, destaca que o Programa possibilita práticas de Educação em Direitos Humanos ao promover reflexão crítica, dignidade, responsabilidade e convivência democrática. Não se trata apenas de repassar informações sobre drogas, mas de criar um ambiente pedagógico em que a criança possa falar de suas inquietações, aprender a dizer “não” e reconhecer que buscar ajuda é uma atitude de proteção, não de fraqueza.

A conexão entre PROERD e Educação em Direitos Humanos é reforçada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), documento que orienta políticas educacionais desde

2007, o Programa ao estimular autonomia, autocuidado, resolução pacífica de conflitos e reflexão crítica, opera na mesma direção formativa prevista pelo PNEDH, contribuindo para a consolidação de uma cultura escolar mais segura e orientada pela proteção integral. O PNEDH estabelece que:

> A educação em direitos humanos deve promover valores, atitudes e práticas que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços educativos, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, equânime e democrática (Brasil, 2007, p. 17).

A convergência entre PROERD, proteção integral e educação em direitos humanos também aparece no estudo de Fernandes (2015), que analisa a experiência de Novo Hamburgo (RS). Para o autor, o PROERD abre espaço para debates sobre prevenção, cidadania e cuidado, ainda que seus resultados dependam de continuidade, investimento público e compromisso institucional.

Esses estudos convergem na compreensão do PROERD como uma política pública de caráter educativo e preventivo, que não se limita à transmissão de informações sobre drogas, mas envolve o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, atitudes cidadãs e a construção de vínculos de confiança entre estudantes, familiares e agentes de segurança. Nesse sentido, Lira Júnior (2020) destaca que a transversalidade da Educação em Direitos Humanos deve permear todas as ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar, contribuindo para a formação de uma cultura de direitos e de resistência à violência. Tal compreensão encontra respaldo no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, ao afirmar que:

> A Educação em Direitos Humanos assume a dignidade como princípio central, o reconhecimento da diversidade humana, a erradicação da exclusão social e da violência, a memória histórica das crueldades do passado, a educação para a solidariedade e a responsabilidade com os outros (Brasil, 2007, p. 17).

Nesse contexto, investigar a percepção de professores sobre o PROERD torna-se relevante porque os docentes observam de perto as mudanças no comportamento e nas interações dos estudantes, participam ativamente da construção do clima escolar e das práticas de cuidado e proteção. Suas avaliações, ancoradas na experiência cotidiana, oferecem elementos concretos para compreender como o Programa se materializa na escola, quais sentidos assume na prática pedagógica e de que maneira pode ser fortalecido enquanto política pública.

No Paraná, essa atuação se efetiva por meio da atuação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), responsável pela execução do PROERD nas redes públicas de ensino. O Programa é desenvolvido prioritariamente junto às turmas de 5º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, atendendo crianças na faixa etária de 9 a 11 anos, período considerado estratégico para ações de prevenção primária. A presença do policial instrutor no ambiente escolar, articulada ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores, confere ao PROERD no contexto paranaense um caráter

formativo e relacional, reforçando sua inserção como política pública voltada à proteção e ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Apesar da ampla implementação do PROERD no território brasileiro, ainda são escassas as pesquisas que investigam, de forma sistemática, a percepção de docentes sobre seus impactos no cotidiano escolar, sobretudo no contexto paranaense. Essa lacuna justifica a relevância científica deste estudo e fundamenta a escolha metodológica voltada à análise das experiências e interpretações dos professores.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e descritiva, adequada à investigação de percepções e significados atribuídos pelos participantes. O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado no Google Forms, contendo questões fechadas (múltipla escolha e escala de 1 a 5) e perguntas abertas, as quais estão no Apêndice I.

Responderam ao questionário oitenta e dois professores relacionados com turmas que receberam o Programa da região Sudoeste do Paraná, compreendendo os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, Renascença, Chopinzinho e Santa Izabel do Oeste. Metade dos docentes que responderam ao questionário atuam nos Anos Iniciais, trinta e três (33) exercem funções de gestão escolar e oito (8) trabalham no apoio pedagógico. Quanto ao tempo de serviço, dezesseis (16) possuem menos de cinco (5) anos de experiência, quarenta e um (41) entre cinco (5) e dez (10) anos e vinte e cinco (25) entre onze (11) e vinte (20) anos.

Em relação ao contato com o PROERD, setenta e quatro (74) professores afirmaram trabalhar em escolas já atendidas pelo Programa, mas apenas vinte e oito (28) declararam ter acompanhado diretamente às aulas. Esse dado, por si só, já indica que há forte presença institucional do PROERD, mas nem sempre sua execução é vivenciada de forma integrada pela equipe pedagógica.

As respostas fechadas foram analisadas por estatística descritiva simples (frequência absoluta e relativa). As respostas abertas foram examinadas por meio de análise temática, identificando categorias recorrentes relacionadas a: (a) impactos percebidos; (b) pontos fortes do Programa; e (c) sugestões de aprimoramento. Por se tratar de pesquisa com questionário anônimo e sem coleta de dados sensíveis, o estudo enquadra-se nas diretrizes éticas da Resolução CNS nº 510/2016, sendo dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os participantes consentiram voluntariamente em participar.

3 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa evidenciam uma percepção amplamente positiva dos professores em relação ao PROERD, tanto no que diz respeito à importância atribuída ao PROERD quanto aos

impactos observados no cotidiano escolar. A análise combinou dados quantitativos e qualitativos, permitindo compreender não apenas a avaliação objetiva do PROERD, mas também as experiências e significados construídos pelos docentes em sua prática diária.

A avaliação geral do PROERD revela um elevado grau de consenso entre os participantes. Em uma escala de 1 a 5, sessenta e seis docentes (80%) atribuíram ao Programa a nota máxima, classificando-o como “extremamente importante”, enquanto dezesseis professores (20%) o avaliaram como “muito importante”. Não foram registradas avaliações neutras ou negativas, o que demonstra unanimidade quanto à relevância da iniciativa.

Esse dado indica que o PROERD é reconhecido como uma política pública legítima e necessária no contexto escolar, independentemente da função exercida pelos respondentes. Professores, gestores e profissionais do apoio pedagógico convergem na compreensão de que o Programa cumpre papel relevante na prevenção de situações de risco e no fortalecimento da convivência escolar.

Ao analisarem as contribuições do PROERD, os docentes apontaram impactos que ultrapassam a prevenção direta ao uso de drogas. As respostas indicam que o Programa atua de forma transversal no clima escolar, influenciando comportamentos, relações interpessoais e a forma como os alunos lidam com conflitos e escolhas. A prevenção ao uso de drogas e a redução de conflitos em sala de aula aparecem como os efeitos mais recorrentes, seguidos pelo aumento do respeito entre colegas, pela aproximação entre escola, família e segurança pública e pela melhoria da autoestima dos estudantes. Esses resultados sugerem que o PROERD contribui para a construção de um ambiente escolar mais seguro, colaborativo e sensível às vulnerabilidades presentes no cotidiano das crianças.

Essa percepção docente encontra respaldo nas diretrizes da Secretaria Nacional Antidrogas, que compreende a prevenção como um processo contínuo, integrado às práticas educativas e articulado entre escola, família e comunidade, com foco no fortalecimento da autonomia e da responsabilidade (BRASIL, 2004, p. 22). Nesse sentido, o PROERD é percebido como parte de uma rede mais ampla de proteção e cuidado.

No que se refere às transformações observadas nos alunos após a participação no Programa, 88,9% dos professores afirmaram ter percebido mudanças positivas, enquanto 11,1% não identificaram alterações significativas. As mudanças relatadas concentram-se, sobretudo, no desenvolvimento de maior criticidade diante de situações de risco, no aprimoramento do autocontrole, no fortalecimento da responsabilidade e na ampliação da capacidade de tomar decisões mais conscientes. Os docentes também mencionaram melhorias nas relações interpessoais, maior valorização das regras de convivência e aumento da autoestima. Outro aspecto relevante diz respeito à maior disposição dos alunos em buscar ajuda de adultos de referência, professores ou instrutores, diante de situações de vulnerabilidade, o que reforça a função protetiva do PROERD.

As respostas abertas permitem identificar, de forma recorrente, alguns elementos que os professores consideram diferenciais do PROERD. Entre eles, destacam-se a clareza das informações apresentadas, a metodologia considerada acolhedora e motivadora e a proximidade dos conteúdos com a realidade dos estudantes. A figura do policial instrutor é frequentemente reconhecida como um educador confiável, capaz de dialogar com os alunos de maneira acessível e respeitosa.

Os docentes também ressaltam o impacto emocional positivo do Programa, associado a sentimentos de pertencimento, valorização e motivação. Muitos relatam que os alunos aguardam com expectativa as aulas do PROERD e que as experiências vivenciadas durante o curso permanecem na memória das crianças, especialmente no 5º ano do Ensino Fundamental.

Embora a avaliação geral do PROERD seja bastante positiva, os professores também apontam limitações e desafios relacionados à sua implementação. As sugestões concentram-se na ampliação da carga horária, na continuidade do Programa em outros anos escolares e na oferta a todas as escolas do município. Há ainda menções à necessidade de maior aprofundamento de temas como bullying, violência doméstica e abusos, bem como à inclusão mais sistemática de pais e responsáveis nas ações preventivas.

Essas observações revelam que, do ponto de vista docente, o PROERD é percebido como eficaz, porém insuficiente em termos de abrangência temporal e territorial. Tal percepção reforça a necessidade de fortalecimento da política pública, com maior investimento e integração às práticas escolares de forma contínua.

Os comentários finais dos participantes reforçam a elevada aceitação do PROERD. Expressões como “programa de excelência”, “momento mais esperado pelos alunos” e “faz com que eles se sintam vistos e importantes” aparecem de forma recorrente. Essas manifestações evidenciam que o Programa exerce também um papel simbólico de valorização, pertencimento e fortalecimento de vínculos, aspectos centrais para o desenvolvimento positivo das crianças.

Um ponto qualitativo relevante diz respeito à relação próxima construída entre os alunos e os instrutores. Professores relataram que as crianças frequentemente buscam o policial para compartilhar situações pessoais, dúvidas e medos, incluindo, em alguns casos, a revelação de episódios de violência ou abuso vivenciados dentro ou fora do ambiente escolar. Embora tais relatos nem sempre estejam diretamente relacionados ao conteúdo das aulas, os docentes afirmam que a presença constante do policial e o clima de confiança estabelecido ao longo do curso levam os estudantes a reconhecer no instrutor uma figura segura, capaz de acolher, orientar e encaminhar situações que demandam proteção adulta imediata.

4 DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa permitem situar o PROERD como uma política pública de prevenção que ultrapassa a dimensão informativa e se insere, de maneira concreta, no campo da proteção integral e da Educação em Direitos Humanos. A elevada valorização do Programa por parte dos professores, bem como os impactos percebidos no comportamento e nas relações dos estudantes, reforça o entendimento de que iniciativas preventivas, quando articuladas ao cotidiano escolar, produzem efeitos que vão além da redução de riscos imediatos.

A unanimidade quanto à importância do PROERD indica que o Programa ocupa um lugar legitimado no interior das escolas. Esse reconhecimento não decorre apenas de sua presença institucional, mas da percepção de que ele responde a demandas reais do ambiente escolar, especialmente aquelas relacionadas à convivência, ao manejo de conflitos e à formação ética dos estudantes. Tal constatação dialoga diretamente com o princípio da prioridade absoluta inscrito na Constituição Federal de 1988, segundo o qual crianças e adolescentes devem ser protegidos por meio de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1988, art. 227).

Ao relacionarem o PROERD à redução de conflitos, ao fortalecimento do respeito entre colegas e à melhoria da autoestima, os docentes descrevem efeitos que se alinham aos pressupostos da Educação para a Paz. A UNESCO (2001) sustenta que a prevenção da violência exige práticas educativas capazes de promover diálogo, empatia e cooperação, criando ambientes escolares seguros e solidários. Nessa perspectiva, os resultados indicam que o PROERD atua como mediador pedagógico desses valores, contribuindo para um clima escolar mais favorável à aprendizagem e à convivência democrática.

Um aspecto central evidenciado pelos dados diz respeito ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como autocontrole, tomada de decisão responsável e capacidade de reconhecer situações de risco. Embora o Programa seja amplamente identificado como estratégia de prevenção às drogas, a percepção docente revela que seus efeitos se estendem à formação subjetiva das crianças. Esse achado reforça a análise de Lira Júnior (2020), ao compreender o PROERD como prática alinhada à Educação em Direitos Humanos, uma vez que promove a dignidade, a autonomia e a responsabilidade como valores formativos.

A dimensão relacional do PROERD emerge como um dos elementos mais significativos desta pesquisa. O vínculo estabelecido entre os estudantes e o policial instrutor é reiteradamente mencionado como fator que gera confiança, abertura e sentimento de acolhimento. Essa relação de proximidade se insere na lógica da Polícia Comunitária, tal como descrita por Almeida (2021), na qual a atuação policial se orienta pela parceria com a comunidade, pela presença constante e pela construção de laços que possibilitam a proteção preventiva. Conforme o autor destaca, é nesse contexto de confiança que

crianças e adolescentes se sentem seguros para compartilhar informações sensíveis, inclusive situações de violência ou abuso.

A emergência de relatos espontâneos de violência, negligência ou abuso, identificada pelos professores como consequência indireta do PROERD, constitui um achado de elevada relevância científica e social. Tal fenômeno evidencia que o Programa pode funcionar como porta de entrada para a rede de proteção, contribuindo para a identificação precoce de situações que ameaçam a integridade das crianças. Essa dinâmica encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito de toda criança ser ouvida e protegida diante de qualquer forma de violação (Brasil, 1990).

Sob essa ótica, o PROERD não apenas previne comportamentos de risco futuros, mas também atua no presente como dispositivo de escuta e acolhimento, articulando educação e segurança pública em favor da proteção integral. A confiança depositada no instrutor, relatada pelos docentes, revela que o Programa cria um espaço simbólico no qual o policial é reconhecido não como figura repressiva, mas como adulto de referência, capaz de orientar e encaminhar demandas sensíveis.

Outro ponto relevante diz respeito à aproximação entre escola, família e segurança pública. Os professores identificam essa articulação como uma das principais contribuições do PROERD, reforçando o entendimento de que a prevenção eficaz depende de ações intersetoriais. Essa percepção converge com as diretrizes da Secretaria Nacional Antidrogas, que defende a integração entre escola, família e comunidade como eixo estruturante das políticas preventivas (Brasil, 2004). A presença do policial no espaço escolar, quando mediada por práticas pedagógicas e dialógicas, fortalece a confiança institucional e amplia a capacidade de resposta diante de situações de vulnerabilidade.

As sugestões apresentadas pelos docentes, ampliação da carga horária, continuidade em outros anos escolares, inclusão mais efetiva das famílias e universalização do atendimento, revelam um aspecto importante: o PROERD é percebido como eficaz, mas ainda insuficiente para responder plenamente à complexidade dos desafios enfrentados pelas escolas. Essa leitura dialoga com a análise de Fernandes (2015), ao afirmar que o Programa, embora promissor, depende de investimento, institucionalização e continuidade para produzir resultados duradouros.

Esta pesquisa apresenta limitações inerentes ao seu desenho metodológico. O recorte territorial restrito ao Sudoeste do Paraná, a amostra não probabilística e a utilização de respostas autorreferidas podem limitar a generalização dos resultados. Ademais, a ausência de triangulação com observações em sala de aula ou entrevistas aprofundadas reduz o alcance interpretativo dos resultados. Tais limitações, contudo, não comprometem a validade interna do estudo, mas indicam direções para pesquisas futuras.

Por fim, as implicações da pesquisa ressaltam que a proteção integral, prevista nos marcos legais brasileiros, não se materializa apenas por meio de normas, mas se concretiza em práticas cotidianas. Quando os professores relatam que os alunos se sentem “vistos”, “acolhidos” e

“importantes”, expressam, de forma empírica, o alcance simbólico do PROERD como política de cuidado, reconhecimento e valorização da infância. Nesse sentido, o Programa se apresenta como uma ação que traduz, no cotidiano escolar, os princípios da dignidade humana, da cultura de paz e da responsabilidade compartilhada na proteção de crianças e adolescentes.

Ao analisar empiricamente a percepção docente sobre o PROERD, este estudo avança na literatura ao demonstrar que o programa exerce função formativa e protetiva que ultrapassa sua dimensão informativa. Os resultados contribuem para o campo da segurança pública ao evidenciar como práticas preventivas integradas ao cotidiano escolar fortalecem redes de proteção, ampliam a confiança institucional e promovem ambientes educativos mais seguros.

5 CONCLUSÃO

A análise da percepção de oitenta e dois professores do Sudoeste do Paraná demonstra que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é amplamente reconhecido pela categoria docente como uma política pública relevante, necessária e alinhada aos desafios contemporâneos da escola. A elevada valorização atribuída ao Programa reflete não apenas sua presença institucional, mas sobretudo os efeitos concretos observados no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à prevenção do uso de drogas, à redução de conflitos e ao fortalecimento das relações interpessoais.

Os resultados indicam que o PROERD atua de maneira transversal, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como autocontrole, tomada de decisão responsável e capacidade de reconhecer situações de risco. Tais aspectos são centrais para a formação integral de crianças e adolescentes e dialogam diretamente com os princípios da Educação em Direitos Humanos e da cultura de paz. A percepção docente de que os alunos se tornam mais críticos, respeitosos e confiantes após a participação no Programa reforça o entendimento de que a prevenção escolar não se limita à transmissão de informações, mas envolve processos formativos mais amplos, relacionados à dignidade, à autonomia e à convivência democrática.

Uma das evidências mais relevantes desta pesquisa refere-se ao vínculo estabelecido entre os estudantes e os instrutores do PROERD. Os relatos dos professores indicam que a confiança construída ao longo do Programa favorece a revelação espontânea de situações de violência, negligência ou abuso, configurando o PROERD como um importante dispositivo de escuta e acolhimento. Esse dado confere ao Programa uma dimensão protetiva significativa, ao possibilitar a identificação precoce de vulnerabilidades e o acionamento da rede de proteção, em consonância com os princípios da Doutrina da Proteção Integral previstos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A aproximação entre escola, família e segurança pública, também destacada pelos docentes, reafirma o caráter intersetorial do PROERD e sua vinculação à doutrina da Polícia Comunitária. Ao atuar de forma preventiva, dialógica e educativa, o Programa contribui para a construção de confiança institucional e para o fortalecimento das redes locais de proteção à infância. Nesse sentido, esta pesquisa compreende o PROERD como uma política pública promissora, que precisa ser avaliada de forma contínua pelos diferentes atores envolvidos e cuja eficácia depende da continuidade, do investimento e da integração às práticas escolares.

As sugestões apresentadas pelos professores, as quais incluem a ampliação da carga horária, continuidade em outros anos escolares, inclusão mais efetiva das famílias e universalização da oferta, indicam caminhos concretos para o aprimoramento do PROERD. Tais apontamentos revelam que, embora bem avaliado, o Programa ainda enfrenta limitações estruturais que precisam ser superadas para que seu potencial preventivo seja plenamente alcançado.

Conclui-se que o PROERD, à luz da percepção docente, se configura como uma política pública relevante e coerente com os marcos normativos brasileiros de proteção integral, Educação em Direitos Humanos e prevenção à violência. Ao traduzir princípios legais e pedagógicos em práticas concretas no cotidiano escolar, o Programa contribui para a construção de ambientes mais seguros, acolhedores e atentos às necessidades das crianças e adolescentes. Considerando a complexidade multidimensional das políticas públicas de prevenção, futuras pesquisas poderão ampliar este debate ao comparar diferentes regiões do Estado, incorporar a perspectiva de estudantes e instrutores, adotar desenhos longitudinais e analisar indicadores objetivos relacionados ao clima escolar e à atuação da rede de proteção. Tais abordagens complementarão e aprofundarão as evidências aqui produzidas, ampliando o entendimento sobre os efeitos do PROERD no contexto escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço os professores do Sudoeste do Paraná que, de forma voluntária, participaram da pesquisa e compartilharam suas percepções e experiências, contribuindo significativamente para a reflexão sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). De igual maneira, o agradecimento se estende aos profissionais que atuam no PROERD, cujo trabalho, realizado com sensibilidade e responsabilidade, contribui para a proteção de crianças e adolescentes e para a construção de ambientes escolares mais seguros e acolhedores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rafael Araújo. *Proteção à criança e ao adolescente: polícia comunitária como instrumento de eficácia das medidas de prevenção primária ao uso de drogas e resistência à violência através do PROERD no Ceará.* 2021. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA***.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH***.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; UNESCO, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/pnedh.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. *Políticas públicas sobre drogas: prevenção, tratamento e reinserção social.* Brasília: Ministério da Justiça, 2004. Disponível em: https://www.justica.gov.br/. Acesso em: 29 nov. 2025.

FERNANDES, Leandro Alex Missagia. *Política pública de prevenção primária à drogadição nas escolas municipais de Novo Hamburgo: o PROERD.* 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo, 2015.

LIRA JÚNIOR, Guinaldo da Costa. *Contribuições teórico-metodológicas da Educação em Direitos Humanos ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD do estado do Rio Grande do Norte.* 2020. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

UNESCO. *Educação para a paz: prevenção da violência e resolução pacífica de conflitos.* Brasília: UNESCO, 2001. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/. Acesso em: 02 dez. 2025.

APÊNDICE I

https://docs.google.com/forms/d/1JjzMwOGe2Mtz8aoBlEluyTAh5NoZuI3jaJGhd0jf JhI/edit

Percepção dos Professores sobre o PROERD

Prezado(a) professor(a),

Este questionário busca compreender a percepção dos docentes sobre o PROERD nas escolas. A pesquisa é anônima, voluntária e destinada a fim de pesquisa de análise qualitativa sobre o Programa.

Sua contribuição é fundamental para avaliarmos a relevância do PROERD como política pública voltada à prevenção do uso de drogas, à redução da violência e à proteção de crianças e adolescentes. Muito obrigada pela participação!

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Qual é a sua área de atuação na escola? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Ensino Fundamental – Anos Iniciais
- ◯ Gestão escolar
- ◯ Apoio pedagógico
- ◯ Outro: _____

2. Tempo de atuação como professor(a): *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Menos de 5 anos
- ◯ Entre 5 e 10 anos
- ◯ Entre 11 e 20 anos
- ◯ Mais de 20 anos

Experiência com o PROERD

3. A escola em que você atua atualmente já foi atendida pelo PROERD? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim

Não

Não tenho certeza

4. Você já acompanhou diretamente turmas do PROERD? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Pular para a pergunta 9*

5. Em uma escala de 1 a 5, como você avalia a importância do PROERD para os alunos? *

Marcar apenas uma oval.

1 - Nenhuma importância

2 - Pouca importância

3 – Importante

4 – Muito importante

5 – Extremamente importante

Resultados percebidos

6. Na sua percepção, o PROERD contribui para: *(resposta múltipla)* *

Marque todas que se aplicam.

Redução de conflitos em sala

Prevenção ao uso de drogas

Melhoria da autoestima dos alunos

Aumento do respeito entre colegas

Maior proximidade entre escola, família e segurança pública

Outro: _____

7. Em sua opinião, houve mudanças perceptíveis nos alunos após a participação no PROERD? *

Marcar apenas uma oval.

Sim, mudanças positivas

( ) Não percebi mudanças *Pular para a pergunta 9*

( ) Percebi mudanças negativas

( ) Não sei responder

8. Caso tenha percebido mudanças, descreva brevemente quais foram. *(pergunta aberta)* *

Relevância e sugestões

9. Você considera que o PROERD deveria atender **todas as escolas do seu município**? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

( ) Não

( ) Não sei opinar

10. Na sua opinião, quais são os principais pontos fortes do PROERD? *(pergunta aberta)* *

11. Quais seriam as **principais melhorias ou mudanças necessárias** para que o programa tivesse maior impacto? *(pergunta aberta)* *

Encerramento

12. Gostaria de deixar algum comentário adicional sobre o PROERD e sua relevância para a escola e os alunos? *(pergunta aberta)* *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários